SUMÁRIO

Apresentação 7
Prefácio 9

1 MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS: INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA

Décio Porchat

1.1 Introdução 27
1.2 Estrutura do mercado financeiro 29
1.2.1 Sistema Financeiro Nacional 29
1.2.2 Mercado financeiro em sentido amplo e estrito.. 31
1.2.3 Segmentos do mercado financeiro 34
1.2.3.1 Submercados financeiro (sentido estrito) e de capitais 36
1.2.3.2 Mercado monetário 38
1.2.3.3 Mercados primário e secundário 38
1.2.3.4 Mercados de renda fixa e variável 39
1.3 Investimentos em renda fixa 40
1.3.1 Títulos públicos federais 42
1.3.2 Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) 43
1.3.3 Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) 44
1.3.4 Recibos de Depósitos Bancários (RDBs) 46

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.3.5 Depósitos de poupança 47
1.3.6 Debêntures 47
1.3.7 Notas promissórias 51
Referências 51

2 MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS: INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL

Carmine Rullo

2.1 Introdução 57
2.2 Estrutura do mercado de capitais 60
2.3 Ações e opções 74
2.3.1 Mercado à vista - ações 74
2.3.2 Mercados de opções 74
2.3.3 Tributação das ações e opções 76
2.4 Conclusão 79
Referências 80

3 INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA: TRIBUTAÇÃO

Fabio Alves Maranesi
Franciny de Barros

3.1 Introdução 85
3.2 Breves comentários a respeito do sistema de arrecadação na fonte 85
3.3 Conceito de aplicação financeira de renda fixa e abrangência da norma tributária 88
3.4 Incidência do IRRF nas aplicações financeiras de renda fixa (e operações equiparadas) 93
3.5 Regras específicas aplicáveis aos fundos de investimentos de renda fixa 97

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.6 Tratamento do imposto retido 100
3.7 Conclusão 101
Referências 102

4 INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL: TRIBUTAÇÃO

Lavínia Moraes A. N. Junqueira
Gabriela Tuba

4.1 Introdução 107
4.2 O que são investimentos em renda variável? 108
4.3 Conceitos gerais sobre a tributação de ganhos líquidos e abordagem histórica 118
4.4 Metodologia geral de tributação das operações de renda variável e *day trade* 121
4.4.1 Tributação na fonte 121
4.4.2 Regras gerais de tributação mensal de ganhos líquidos de renda variável e *day trade* 122
4.4.3 Compensação das perdas 124
4.4.4 Aplicabilidade da tributação na fonte e tributação mensal de ganhos líquidos às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real ou presumido 125
4.5 Apuração e tributação dos ganhos de renda variável 126
4.5.1 Fundos de ações 127
4.5.2 Operações de *swap* 128
4.5.3 Mercado à vista 129
4.5.3.1 Isenção 132
4.5.4 Mercado a termo 133
4.5.5 Mercado futuro 134
4.5.6 Mercado de opções 135
4.5.7 Compensação das perdas 138
4.6 *Day trade* 143

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.7 Tributação das operações de renda variável sobre as pessoas jurídicas sujeitas a lucro presumido e lucro real: integração da tributação na fonte e sobre o ganho líquido 144
4.7.1 Integração das operações de renda variável no lucro presumido 145
4.7.2 Integração das operações de renda variável na apuração do lucro real 147
4.7.3 Breves comentários sobre a tributação das instituições financeiras nas operações de renda variável 150
4.8 Conceito e tributação do *hedge* 151
4.9 Conclusão 154
Referências 155

5 FUNDOS DE INVESTIMENTO: ASPECTOS REGULATÓRIOS

Marina Procknor
Gabriel Saad Kik Buschinelli

5.1 Introdução 161
5.2 Fundos de investimento 163
5.2.1 Histórico 163
5.2.2 Natureza jurídica e estrutura geral 165
5.2.2.1 Regime jurídico e operacional das quotas 166
5.2.3 Estrutura e modalidades dos fundos de investimento 168
5.2.3.1 Fundos de investimento e registro na CVM 168
5.2.3.2 Fundos abertos e fundos fechados 169
5.2.3.3 Fundos de investimento multiativos e setoriais 171

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.2.4 Autorregulação de fundos de investimento 172
5.2.5 Prestadores de serviço dos fundos de investimento 173
5.2.5.1 Responsabilidade civil 176
5.2.5.2 Responsabilidade administrativa 177
5.2.5.3 Responsabilidade do administrador por atos do gestor 179
5.2.6 Responsabilidade dos quotistas 180
5.2.7 Conceito de investidor qualificado 180
5.3 Fundos de investimento regidos pela Instrução CVM n. 409/2004: FIMM e FIA 183
5.3.1 Aspectos gerais da Instrução CVM n. 409/2004. 183
5.3.1.1 Ativos alvo dos fundos regulados pela Instrução CVM n. 409/2004 184
5.3.1.2 Investimentos no exterior 185
5.3.1.3 Resgate de quotas 187
5.3.2 Especificidades das categorias de fundos 190
5.3.2.1 Fundos de Investimento em Ações (FIA) 190
5.3.2.2 Fundos de Investimento Multimercado (FIMM) 191
5.4 Fundos de Investimento em Participação (FIP) 191
5.4.1 FIP – Regramento geral 191
5.4.2 FIP – Apoio de organismos de fomento e FIP – infraestrutura 194
5.4.3 FIP – Projeto de autorregulação 195
5.5 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) 195
5.5.1 FIDC – Regramento geral 195
5.5.2 Função do custodiante de FIDC 199
5.5.3 FIDC não padronizados 200

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.6 Fundos de Investimento Imobiliário 201
5.7 Conclusões 202
Referências 203

6 TRIBUTAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO E ALGUMAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS

Joanna Oliveira Rezende

6.1 Introdução 217
6.2 Natureza jurídica dos fundos de investimento e conceitos de aplicações financeiras de renda fixa e renda variável 218
6.3 Tributação dos fundos de renda fixa e dos fundos de investimento em ações 223
6.3.1 Fundos de Investimento em Ações (FIAs) 228
6.4 Normas tributárias aplicáveis aos fundos fechados 229
6.5 Transformação de fundo aberto em fundo fechado: aspectos relativos ao IRF 233
6.6 Imposto de renda na integralização das ações em um FIA exclusivo 237
6.6.1 Ato declaratório – fonte secundária 242
6.7 Sucessão *causa mortis* e o IRF 244
6.8 Conclusão 250
Referências 252

7 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS – IOF

Nereida de Miranda Finamore Horta

7.1 Introdução 261
7.2 Operações de crédito 264
7.3 Operações de câmbio 278

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.4 Operações de seguro 286
7.5 Operações relativas a títulos ou valores mobiliários 289
7.6 Operações com ouro ativo financeiro ou instrumento cambial 295
7.7 Conclusão 297
Referências 298

8 INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL: ASPECTOS REGULATÓRIOS

Ricardo Genis Mourão

8.1 Introdução 305
8.2 O mercado de câmbio no Brasil 306
8.2.1 Controle cambial 307
8.2.2 Regulamentação cambial antes da unificação dos mercados 310
8.2.3 Unificação dos mercados de câmbio 312
8.2.4 Contas de não residente e transferência internacional em reais 315
8.2.5 Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) 318
8.2.5.1 Título 1 do RMCCI 318
8.2.5.2 Título 2 do RMCCI 319
8.2.5.3 Título 3 do RMCCI 320
8.3 Conceito de capital estrangeiro, isonomia e o registro no BACEN 320
8.3.1 Capital contaminado 324
8.4 Investimento externo direto 324
8.4.1 Registro do investimento externo direto 326
8.5 Empréstimo externo 328
8.5.1 Registro do empréstimo externo 329

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8.6 Investimentos estrangeiros no mercado financeiro, de capitais e de derivativos 331
8.6.1 Registro dos investimentos estrangeiros no BACEN e na CVM 334
8.7 Conclusão 337
Referências 339

9 PRINCIPAIS ASPECTOS FISCAIS RELACIONADOS AO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL

Thais de Barros Meira

9.1 Introdução 345
9.2 Conceito de investimento estrangeiro 346
9.2.1 Conceitos de residência e domicílio: pessoas físicas 347
9.2.2 Conceito de domicílio: pessoas jurídicas 350
9.3 Formas de registro dos investimentos estrangeiros no Banco Central do Brasil 351
9.4 Conceito de tributação favorecida e regime tributário privilegiado 352
9.5 Tratados internacionais para evitar a bitributação 355
9.6 Principais aspectos fiscais relacionados ao investimento estrangeiro 356
9.6.1 Entrada do investimento estrangeiro no Brasil... 356
9.6.2 Retorno do investimento estrangeiro 358
9.6.2.1 Regra geral 358
9.6.2.2 Dividendos, juros sobre o capital próprio e juros 359
9.6.2.3 Rendimentos auferidos nos mercados financeiro e de capital 362

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9.6.2.4 Ganho de capital na venda de bens e direitos localizados no Brasil 366
9.7 Considerações finais 370
Referências 371

10 ORIGEM DO CAPITAL INVESTIDO: REGIMES DIFERENCIADOS DE TRIBUTAÇÃO

Daniel Vitor Bellan
João Victor Guedes Santos

10.1 Introdução 379
10.2 Da regra geral aos regimes diferenciados de tributação 381
10.3 1º Regime diferenciado: paraísos fiscais 385
10.3.1 Conceitos introdutórios 385
10.3.2 Paraísos fiscais e os preços de transferência (antes da Lei n. 11.727/2008) 386
10.3.3 Paraísos fiscais e a aplicação do imposto de renda retido na fonte 388
10.3.4 Alterações introduzidas pela Lei n. 11.727/2008: paraísos fiscais e regime fiscal privilegiado 390
10.4 2º Regime diferenciado: tratados contra a dupla tributação 395
10.4.1 Conceitos introdutórios 395
10.4.2 Regras distributivas: Convenção Modelo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e tratados brasileiros 398
10.4.3 Aplicação das regras distributivas na prática e a jurisprudência brasileira 405
10.5 Mecanismos contra a dupla tributação 409
10.5.1 Mecanismos bilaterais: tratados 409

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

10.5.2 Mecanismos unilaterais: legislação interna 410
10.6 Considerações finais 412
Referências 413

11 INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR: TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Alexandre Siciliano Borges

11.1 Introdução 419
11.2 Método de avaliação de investimentos em controladas e coligadas: reconhecimento patrimonial 422
11.3 Parâmetros legais de tributação dos investimentos brasileiros no exterior 423
11.4 Legislação de CFC: medidas contra planejamentos fiscais abusivos 429
11.5 A constitucionalidade da MP n. 2.158-35/2001 e a ADIn n. 2.588 430
11.6 O art. 74 da MP n. 2.158-35/2001 e os acordos para evitar a bitributação assinados pelo Brasil 433
11.7 Bitributação dos lucros auferidos por controladas e coligadas no exterior 434
11.8 Considerações finais 436
Referências 437

12 INVESTIMENTO NO EXTERIOR: TRIBUTAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Luiz Roberto Peroba

12.1 Introdução 443
12.2 Princípio da universalidade *versus* princípio da territorialidade 445
12.2.1 Origens e fundamentos 446
12.2.2 Conceitos 448

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12.3 Tributação de pessoas físicas no Brasil - critérios..... 450
12.3.1 Residente 451
12.3.2 Rendimentos 452
12.3.3 Ganhos de capital 453
12.3.4 Imposto pago em outro país 454
12.4 Tipos de investimentos feitos no exterior 455
12.4.1 Investimento direto 455
12.4.2 Investimento indireto 456
12.5 Caso prático: expatriado 456
12.5.1 Questões gerais tributárias e previdenciárias... 457
12.5.2 Compensações pagas no exterior - Imposto de Renda (IR) 458
12.5.3 Compensações pagas no exterior - Previdência Social 459
Referências 460

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br